



Prefeitura do Município de Santa Lúcia

LEI N° 1470

De 31 de janeiro de 2022
AUTOGRAFO N° 002/2022
De 28/01/2022
PROJETO DE LEI PM 002/2022
DE 20/01/2022

“Concede prazo para regularização de edificações sem licença ou em desacordo com o projeto aprovado e da outras providências”.

LUIZ ANTONIO NOLI, Prefeito do Município de Santa Lúcia, Estado de São Paulo, de acordo com o que aprovou a Câmara Municipal na Sessão Extraordinária, realizada em 27 de janeiro de 2022, promulgou a seguinte Lei.

Artigo 1° - Todas as edificações sem licença ou em desacordo com o projeto aprovado, embora não atendendo integralmente as exigências referentes às dimensões, pé direito, áreas mínimas, espessuras de paredes, iluminação, insolação, recuos frontais, recuos laterais e de fundo e taxa de ocupação do terreno, previstas na legislação pertinente vigente, poderão ser regularizadas perante a municipalidade dentro do prazo e condições exigidas por esta lei, independentemente da fase de edificação em que se encontrem, inclusive obras concluídas.

§ 1° - Só poderão beneficiar-se desta lei, os interessados que atendam os seguintes requisitos:

mf. ll



Prefeitura do Município de Santa Lúcia

I - Que o imóvel objeto da presente regularização obedeça as condições mínimas de habitabilidade, higiene e segurança;

II - Os projetos residenciais de um pavimento unifamiliares ou geminados deverão ser apresentados de modo simplificado, contendo:

a) Contorno da(s) edificação(ões), com a indicação das cotas de todos os vértices do perímetro construído;

b) Indicação da garagem ou vaga para veículos;

c) Cotas do perímetro do terreno, bem como confrontantes, Norte e nome da via pública;

d) Recuos entre as edificações e em relação as divisas do terreno e alinhamento predial;

e) O interessado deverá informar na planta a data da conclusão da obra.

f) Se a obra foi concluída anterior a 2009, o interessado deverá fazer constar na planta a data da conclusão da obra.

g) Se caso a obra foi concluída de 2009 até a presente data, o interessado deverá fornecer o DOF(Documento de uso de madeira licenciada). Caso a estrutura do telhado for em madeira.

h) O quadro de áreas deverá conter cada área construída, sua utilização e quantificação.

i) O interessado deverá fazer constar as fotografias das construções existentes no local. Fotografias técnicas, sem a vinculação de animais domésticos e nem de pessoas. Fotografias estas na referida planta da edificação.



Prefeitura do Município de Santa Lúcia

III - Que juntamente com o requerimento de regularização:

a) - Apresente projeto devidamente assinado por profissional habilitado;

b) - Junte outros documentos que forem exigidos pela Prefeitura Municipal, através de seus órgãos competentes, especialmente: ART ou RRT devidamente recolhida e assinada pelos interessados e Responsável Técnico; No mínimo três plantas da edificação; Requerimento assinado ou pelo Responsável Técnico ou pelo interessado; Laudo Técnico de Vistoria; Memorial Descritivo da construção; E documentos que se julgarem uteis para a devida aprovação.

§ 2º - O órgão competente da Prefeitura Municipal, fará constar do cadastro fiscal do imóvel beneficiado o número e a data da presente lei.

§ 3º - Fica estabelecido o prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da data de publicação desta lei, para os interessados regularizarem os imóveis objeto deste diploma legal, devendo a Prefeitura Municipal promover sua ampla divulgação.

§ 4º - Os requerimentos que ingressarem até o último dia do prazo legal, estabelecido no parágrafo anterior, ou, em "comunique-se", terão prazo de mais 30 (trinta) dias, contados do final daquele conferido no parágrafo terceiro, para a conclusão do processo de regularização, sob pena de arquivamento definitivo.



Prefeitura do Município de Santa Lúcia

§ 5º - Esta Lei não se aplica a edificações regularizadas anteriormente.

Artigo 2º - Os benefícios desta Lei são extensivos a todos os casos, inclusive ajuizados, arcando o proprietário do imóvel, com todos os ônus e despesas judiciais a que deu casa, fazendo prova de tais pagamentos, dentro do prazo previsto no § 3º do artigo 1º, sob pena do arquivamento definitivo do processo administrativo e prosseguimento da ação judicial.

Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

MUNICÍPIO DE SANTA LÚCIA, aos 31 (trinta e um) dias do mês de janeiro de 2022.



Luiz Antonio Noli

PREFEITO MUNICIPAL

Publicada na Secretaria da Prefeitura do Município de Santa Lúcia, na data supra.



Maria Leticia Pereira

CHEFE DE GABINETE